

Novas evidências sobre o peso do crédito nas famílias brasileiras

Flávio Ataliba Barreto

Pedro Avelino

João Mário Santos de França

TRABALHO

Dados do BC indicam que crédito cresce de forma desigual, com custo e risco concentrados nas famílias. Mais endividadas e com juros altos, reduzem consumo. Mesmo com expansão do crédito, famílias permanecem dependentes de linhas mais caras e arriscadas.

Resumo

Em continuidade a análises anteriores sobre o mercado de crédito brasileiro, este artigo reforça, à luz dos dados mais recentes do Banco Central, que o crédito no país segue se expandindo de forma desigual, com custo e risco concentrados nas famílias. Enquanto o crédito ampliado avança impulsionado por títulos públicos e privados, favorecendo o financiamento do setor público e de grandes empresas, as famílias permanecem dependentes do crédito bancário, enfrentando juros elevados, pior composição da dívida e maior inadimplência. Com níveis já elevados de endividamento e comprometimento de renda, essa dinâmica tende a limitar o consumo que é o principal motor do PIB. O problema central não é a escassez de crédito, mas sua má alocação e alto custo, com efeitos distributivos e potencialmente restritivos sobre o crescimento econômico.

1. Introdução

Nos últimos meses, temos chamado atenção para uma característica central do sistema de crédito brasileiro: sua expansão ocorre de forma

desigual entre os agentes econômicos, com custos e riscos concentrados sobretudo nas famílias. Em artigo anterior publicado no Blog do IBRE intitulado: “Quem paga o custo de crédito no Brasil?”, mostramos que o problema do crédito no Brasil não está na sua escassez, mas na forma como ele é distribuído.

Os dados mais recentes divulgados pelo Banco Central, em 30 de março, não apenas reforçam esse diagnóstico como permitem avançar na sua compreensão. O crédito continua crescendo no agregado, mas impulsionado principalmente pelo mercado de títulos e pelo financiamento do setor público e de grandes empresas. Ao mesmo tempo, as famílias permanecem fortemente dependentes do crédito bancário tradicional, mais caro, mais sensível ao ciclo monetário e cada vez mais concentrado em modalidades de maior risco.

Essa combinação revela um sistema financeiro segmentado, que opera com diferentes condições de acesso, formação de preços e capacidade de gestão de risco. Mais do que uma diferença de custo, trata-se de um mecanismo que distribui de forma assimétrica os efeitos da política monetária e das condições financeiras na economia.

O resultado é um padrão em que a expansão do crédito convive com restrições relevantes exatamente nos segmentos mais sensíveis da demanda. Quando o custo do financiamento se eleva, o ajuste recai de forma desproporcional sobre as famílias — justamente o principal motor do consumo e, portanto, da atividade econômica.

O argumento central deste artigo é que esse processo não é apenas conjuntural. As novas evidências reforçam que se trata de um traço estrutural do sistema de crédito no Brasil: um arranjo que amplia desigualdades, distorce a alocação de recursos e reduz a eficácia da política monetária, ao concentrar seus efeitos contracionistas nos agentes mais vulneráveis.

2. Crédito ampliado cresce, puxado por títulos

Em fevereiro de 2026, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$ 21,0 trilhões (163,7% do PIB), com alta de 1,1% no mês e de 11,8% em 12 meses. Esse avanço foi puxado principalmente pela expansão dos títulos públicos (17,2%) e dos títulos privados de dívida (18,5%), que cresceram em ritmo significativamente superior ao crédito bancário do Sistema Financeiro Nacional (9,6%).

Ao mesmo tempo, o estoque de crédito do SFN totalizou R\$ 7,1 trilhões, dos quais R\$ 4,5 trilhões estão direcionados às famílias, segmento cujo crédito cresceu 11,2% em 12 meses, acima do observado para as empresas, mas ainda fortemente concentrado em linhas bancárias mais caras e sensíveis ao ciclo monetário. Esse quadro evidencia uma mudança na forma de financiamento da economia: enquanto o crédito se expande no agregado, impulsionado sobretudo pelo mercado de títulos e pelo financiamento do setor público, as famílias permanecem mais dependentes do crédito bancário tradicional, em condições relativamente mais restritivas.

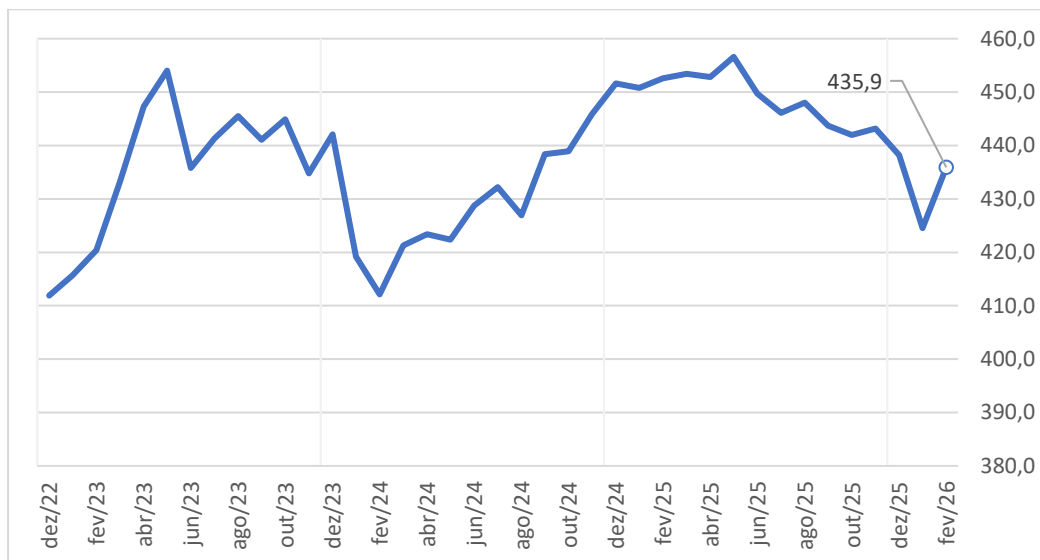
No recorte das novas concessões, o custo do crédito segue em trajetória de alta. A taxa média de juros do sistema atingiu 33,0% ao ano em fevereiro, com avanço de 2,6 pontos percentuais em 12 meses, enquanto o *spread* bancário chegou a 22,1 pontos percentuais, ampliando-se em 2,8 pontos no mesmo período. No segmento de crédito livre, a assimetria entre os agentes se torna ainda mais evidente: a taxa média alcança 48,6% ao ano, mas esse agregado esconde diferenças relevantes. Enquanto as empresas (PJ) acessam crédito a 24,9% ao ano, as famílias (PF) enfrentam um custo significativamente mais elevado, de 62,0% ao ano, com aumento de 5,4 pontos percentuais em 12 meses

Mais do que o nível das taxas, importa o mecanismo por trás do aumento do custo do crédito. No caso das famílias, os dados do Banco Central do Brasil indicam predominância do efeito composição sobre o efeito taxa. Em outras palavras, o encarecimento do crédito não decorre apenas da elevação das taxas de juros, mas sobretudo da mudança na própria estrutura da dívida, com maior concentração em modalidades mais caras.

Nesse processo, ganha destaque o comportamento do cartão de crédito rotativo, cuja taxa média permanece em trajetória elevada e voltou a

apresentar alta recente. Como mostra o Gráfico 1, o custo dessa modalidade segue em patamares extremamente elevados, oscilando acima de 400% ao ano e atingindo cerca de 435,9% ao ano em fevereiro de 2026. Trata-se de uma das linhas mais caras do sistema financeiro, contribuindo de forma decisiva para a elevação do custo médio do crédito às famílias.

Gráfico 1: Taxa média de juros – Cartão de crédito rotativo



3. Crédito bancário por segmento e inadimplência

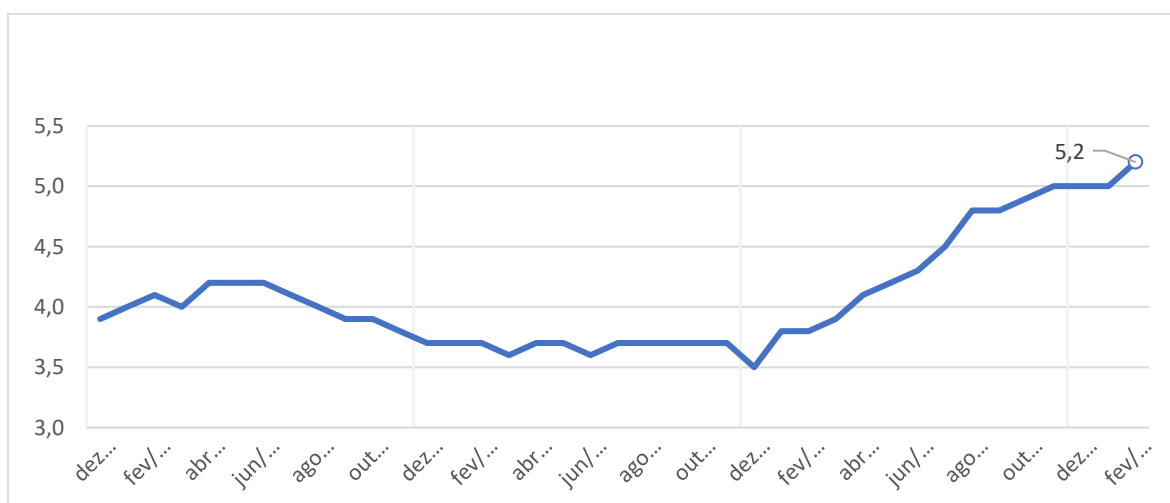
O ajuste recente do mercado de crédito torna-se mais evidente quando se observam os indicadores de risco. Apesar da expansão do crédito, há sinais claros de deterioração na qualidade das carteiras, sobretudo no segmento das famílias. Esse processo está associado não apenas ao aumento do custo do crédito, mas também à mudança na sua composição, com maior peso de modalidades mais onerosas, pressionando a capacidade de pagamento.

A inadimplência sintetiza esse quadro. A taxa total do sistema alcança 4,3%, mas o agregado esconde diferenças relevantes: entre as empresas, é de 2,6%, enquanto entre as famílias atinge 5,2%. Ou seja, o

segmento mais dinâmico no ciclo recente é também o mais vulnerável, indicando elevação do risco nas operações com pessoas físicas.

Como mostra o Gráfico 2, essa piora não é pontual. A inadimplência das famílias, que oscilava em torno de 3,5% ao longo de 2024, passa a crescer de forma contínua em 2025, atingindo cerca de 5,2% no início de 2026. A trajetória evidencia uma deterioração persistente da qualidade do crédito e maior fragilidade financeira das famílias.

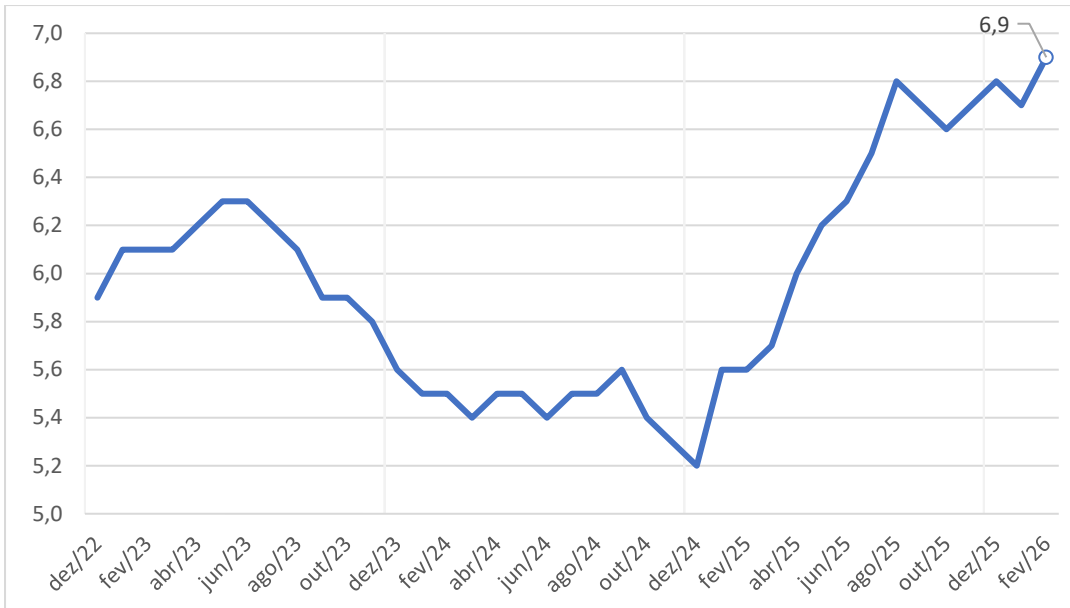
Gráfico 2: Inadimplência – PF (%)



A piora da qualidade do crédito torna-se ainda mais evidente no segmento de recursos livres, que concentra as linhas de maior custo. Como mostra o Gráfico 3, a inadimplência nesse segmento atinge níveis mais elevados, alcançando cerca de 6,9% em fevereiro de 2026, após trajetória de alta ao longo de 2025.

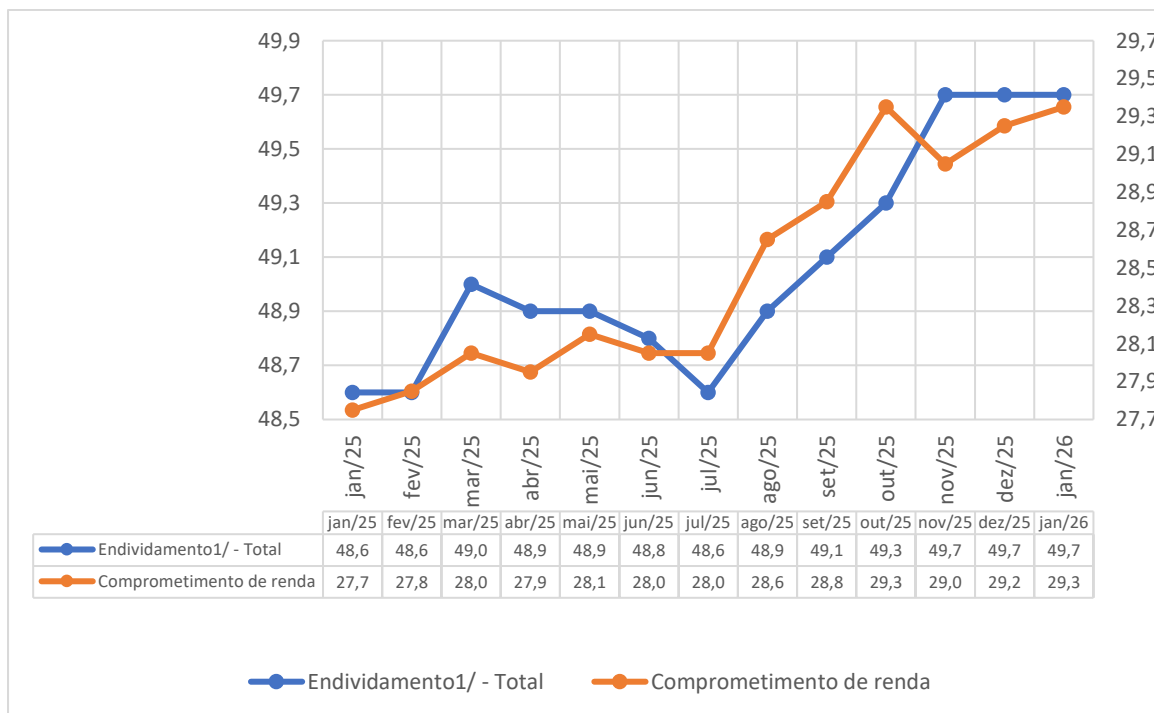
Esse padrão sugere uma relação direta entre risco e composição do crédito. À medida que as famílias migram para modalidades mais caras, como cartão de crédito e crédito pessoal, cresce também a probabilidade de inadimplência. Em outras palavras, o aumento do risco não ocorre de forma homogênea: ele se concentra justamente nas operações mais onerosas do sistema.

Gráfico 3: Inadimplência em Recursos Livres PF (dez/22 a fev/26)



Essa fragilidade fica ainda mais evidente quando se observa a evolução recente desses indicadores. Como mostra o Gráfico 4, tanto o endividamento quanto o comprometimento de renda permanecem em patamares elevados, com tendência de aumento ao longo de 2025 e início de 2026. Em termos simples, isso significa que quase um terço da renda das famílias já está previamente destinado ao pagamento de dívidas, reduzindo de forma significativa o espaço para consumo e aumentando a sensibilidade a choques de renda ou juros.

Gráfico 4: Endividamento e Comprometimento da renda (12/meses)



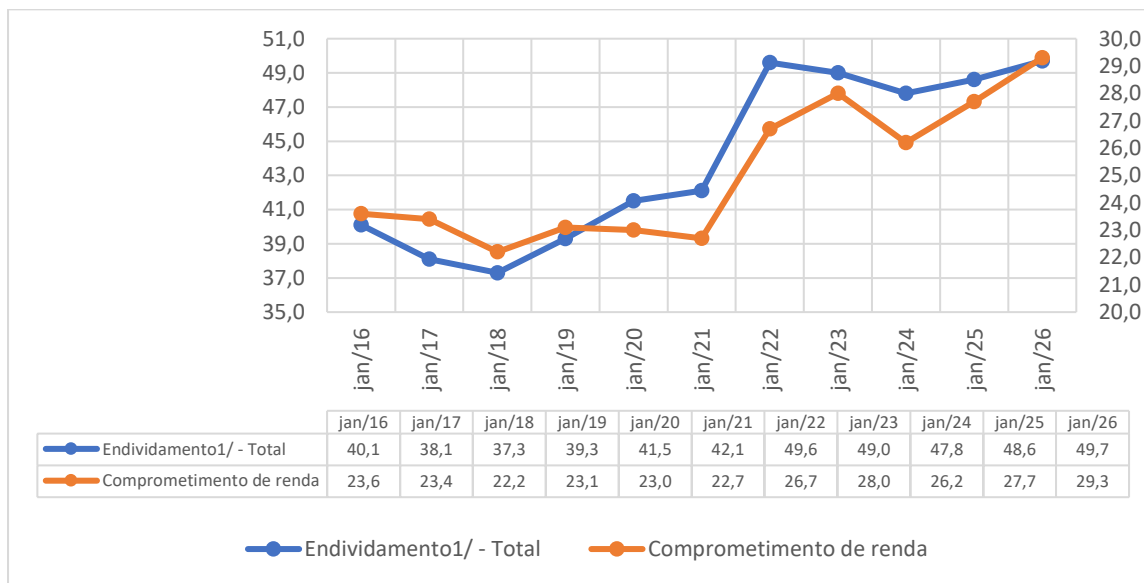
A dinâmica recente se insere em um processo mais amplo de mudança de patamar desses indicadores. Como mostra o Gráfico 5, a comparação dos dados de janeiro ao longo dos últimos anos evidencia um deslocamento relevante tanto no endividamento quanto no comprometimento de renda das famílias. O endividamento, que oscilava entre 37% e 42% no período anterior à pandemia, passa a se aproximar de 50% a partir de 2022, mantendo-se elevado desde então. De forma ainda mais significativa, o comprometimento de renda avança de cerca de 22%–23% para níveis próximos a 29% em 2026.

Esse novo patamar indica que a economia brasileira opera hoje com famílias mais alavancadas e com parcela crescente da renda comprometida, ampliando a sensibilidade do consumo a choques de renda, emprego e juros.

Mais do que o volume, importa também a forma como esse crédito vem sendo utilizado. A expansão recente do crédito livre às famílias foi disseminada entre diferentes modalidades, com destaque para consignado privado, financiamento de veículos e crédito pessoal não

consignado. Por outro lado, chama atenção o comportamento do cartão de crédito: enquanto o uso na função à vista recuou no período recente, o custo do crédito segue pressionado pela elevação das taxas do rotativo, que registraram aumento expressivo, contribuindo para a alta do custo médio do crédito livre às famílias.

Gráfico 5: Endividamento e comprometimento de renda das famílias (janeiro, % da renda, 2016 a 2026)



Esse ponto é central para a interpretação do cenário atual. Não se trata apenas de aumento no volume de crédito, mas de uma mudança na sua composição. As famílias vêm migrando para modalidades mais caras e arriscadas, elevando o custo médio e o risco de inadimplência. Forma-se, assim, uma dinâmica de retroalimentação: juros elevados deterioram a qualidade da carteira, o aumento da inadimplência eleva o risco, os spreads se ampliam e o crédito se torna ainda mais caro. O resultado é um equilíbrio adverso, no qual o sistema continua expandindo crédito, mas com efeitos crescentemente restritivos sobre o consumo das famílias.

4. Transmissão Assimétrica da Política Monetária no Mercado de Crédito

O canal tradicional de transmissão da política monetária é bem conhecido: a elevação dos juros básicos aumenta o custo de *funding*, aperta as condições financeiras e encarece o crédito. No entanto, o aspecto mais relevante do quadro recente não é apenas esse mecanismo, mas a forma como seus efeitos se distribuem entre os agentes. Em fevereiro, o custo do crédito para as famílias, especialmente no segmento de crédito livre, aumentou com intensidade significativamente superior à observada para as empresas, evidenciando um *pass-through* claramente assimétrico.

Essa assimetria também se manifesta na dinâmica da atividade econômica. Ao analisar o desempenho de 2025, o IBGE aponta desaceleração do consumo das famílias em relação a 2024, associando esse movimento aos efeitos de uma política monetária mais contracionista. A leitura que emerge não é uma crítica à política monetária em si, mas ao modo como seus efeitos se propagam haja vista que quando o principal canal de transmissão opera via custo do crédito bancário, o ajuste recai de forma desproporcional sobre quem mais depende desse tipo de financiamento e no caso brasileiro, as famílias.

Os dados recentes do Banco Central reforçam uma interpretação mais estrutural desse processo: a existência de um sistema financeiro segmentado, que opera como um mercado de crédito em “duas velocidades”. De um lado, grandes empresas conseguem, em momentos de aperto monetário, reduzir sua dependência do sistema bancário e acessar o mercado de capitais por meio da emissão de títulos privados. O setor público, por sua vez, amplia sua captação via títulos públicos, cuja expansão tem sido um dos principais vetores do crescimento do crédito ampliado. De outro, as famílias permanecem fortemente dependentes do crédito bancário tradicional, concentradas em linhas com *spreads* elevados, como cartão de crédito, crédito pessoal e cheque especial, e com acesso limitado a fontes mais baratas de financiamento.

O resultado é um sistema em que o crédito continua se expandindo, mas de forma desigual entre os agentes. Em termos econômicos, isso significa que o problema não é a escassez de crédito, mas sim sua alocação. Enquanto alguns segmentos conseguem se financiar em melhores condições mesmo em ambientes restritivos, outros enfrentam

custos crescentes e maior vulnerabilidade. Nesse contexto, a política monetária tende a produzir efeitos contracionistas mais intensos sobre o consumo das famílias, reforçando o caráter assimétrico da sua transmissão para a atividade econômica.

5. Risco, eficiência bancária e Decomposição do crédito

Para compreender o custo do crédito no Brasil, não basta olhar apenas para a trajetória da taxa básica de juros. É necessário avançar para uma análise mais estrutural do custo de intermediação financeira. Os relatórios do Banco Central mostram que esse custo resulta da combinação de diversos componentes, como custo de captação, inadimplência, despesas administrativas, tributos, contribuições ao FGC e margem financeira das instituições. Em outras palavras, o custo final do crédito reflete não apenas o ambiente macroeconômico, mas também o funcionamento e a eficiência da própria intermediação financeira.

Nesse contexto, a inadimplência exerce papel central. Quando aumenta, sobretudo no segmento das famílias, eleva o risco das operações e pressiona as taxas de crédito, encarecendo ainda mais o financiamento. Forma-se, assim, um mecanismo de retroalimentação. Maior risco implica custos mais elevados, que dificultam o pagamento das dívidas e alimentam novamente a inadimplência. Essa dinâmica sugere que o alto custo do crédito no Brasil tem natureza estrutural, resultante não apenas do ciclo de juros, mas também de fatores persistentes associados ao risco, à tributação e à eficiência do sistema financeiro.

A literatura econômica brasileira converge nessa direção. Estudos do próprio Banco Central e de diversos pesquisadores indicam que o nível elevado do custo do crédito no país decorre de uma combinação de fatores, como risco de crédito, estrutura de custos do sistema bancário, carga tributária e condições macroeconômicas. Em conjunto, esses elementos ajudam a explicar por que o crédito no Brasil permanece caro mesmo em diferentes fases do ciclo econômico.

6. Considerações finais

Os dados recentes mostram um sistema de crédito que segue se expandindo, mas de forma desigual entre os agentes. Enquanto o financiamento via títulos sustenta o setor público e grandes empresas, as famílias permanecem concentradas no crédito bancário tradicional, mais caro e mais sensível ao ciclo monetário. O resultado é uma assimetria com efeitos distributivos claros, em que o custo do ajuste recai sobre quem tem menor acesso a alternativas de financiamento.

Essa dinâmica se agrava pela composição do crédito das famílias. Parte relevante do encarecimento não decorre apenas da alta dos juros, mas da migração para modalidades mais caras, o que aumenta o risco e a inadimplência, reforçando um ciclo adverso.

Nesse contexto, a agenda de política pública deve atuar em duas frentes. No curto prazo, é necessário reduzir o custo e melhorar a qualidade do endividamento, facilitando a migração para linhas mais baratas, ampliando a transparência e fortalecendo instrumentos de prevenção ao superendividamento. No médio prazo, o foco deve estar na redução estrutural do custo do crédito, por meio de maior competição, menor custo de intermediação e melhorias institucionais que reduzam o risco.

No caso do cartão de crédito, avanços regulatórios são relevantes, mas ainda insuficientes para reduzir o nível das taxas. Medidas adicionais voltadas à transparência e ao uso mais eficiente dos instrumentos disponíveis podem contribuir para mitigar seu impacto.

Por fim, a redução sustentável do custo do crédito depende também do ambiente macroeconômico. Trajetórias fiscais críveis, inflação controlada e juros reais mais baixos são condições necessárias para um sistema mais equilibrado.

Em síntese, o problema do crédito no Brasil não é sua escassez, mas sua distribuição e seu custo. Em uma economia fortemente dependente do consumo das famílias, a persistência de um crédito caro e concentrado tende a limitar o crescimento. O desafio está em construir um sistema financeiro mais eficiente, competitivo e inclusivo.

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo necessariamente a opinião institucional da FGV.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas monetárias e de crédito: nota para a imprensa de 30 de março de 2026*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Economia Bancária 2023*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023.

BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. *Dispõe sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 jul. 2021.

BARRETO, Flávio Ataliba; AVELINO, Pedro; FRANÇA, João Santos de. *Quem paga o custo do crédito no Brasil?* Blog do IBRE, Rio de Janeiro, 17 mar. 2026.

BARRETO, Flávio Ataliba; FRANÇA, João Mário Santos de; AVELINO, Pedro; BENEVIDES FILHO, Mauro. *O consumo das famílias tem sido pouco sensível à variação da Selic no pós-pandemia?* Blog do IBRE, Rio de Janeiro, 2 dez. 2025.

BARRETO, Flávio Ataliba; AVELINO, Pedro; FRANÇA, João Mário Santos de. *O endividamento e a inadimplência das famílias entraram num novo patamar?* Blog do IBRE, Rio de Janeiro, 23 out. 2025.

BARRETO, Flávio Ataliba; FREITAS, Thiago de Araújo; AVELINO, Pedro. *Inadimplência familiar no Brasil: anatomia das cinco realidades regionais de 2017 a 2024*. Blog do IBRE, Rio de Janeiro, 14 ago. 2025.

BARRETO, Flávio Ataliba. *Disparidades regionais do endividamento familiar e os vieses comportamentais*. Blog do IBRE, Rio de Janeiro, 12 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PIB cresce 2,3% em 2025*. Agência de Notícias, Rio de Janeiro, 7 março. 2026.